

aula
Editorial P. 8

Milagre de São Francisco

A bandeira do fisiologismo e o estandarte da corrupção há tempos tremulam, lado a lado, nas praças do poder. Mas a ambos faltava uma frase emblemática — um recado tão sinteticamente definitivo quanto o “Liberté, Égalité, Fraternité” dos revolucionários franceses, ou o “Liberdade ainda que tardia” dos inconfindentes mineiros. Faltava; já não falta mais, graças à inspirada declaração esculpida pelo deputado federal Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista: “É dando que se recebe.”

É verdade que São Francisco de Assis, autor do texto ao qual o deputado subtraiu a frase, não merecia tão lastimável reinterpretação. Ao escrever a frase da sua oração, São Francisco produziu um curto elogio da generosidade — que a seus olhos, embora dispensando retribuições, acabaria recompensada pela mão divina. Ele certamente não suspeitava que alguns séculos depois, nestes tristes trópicos, um constituinte brasileiro reduziria suas palavras a um agressivo convite a barganhas entre políticos da segunda categoria.

Na linha de raciocínio adotada por Roberto Cardoso Alves, é dando apoio às manobras destinadas a esticar o mandato do presidente José Sarney, por exemplo, que se recebe favores. Favores sempre atraentes: concessões de emissoras de rádio e televisão, por exemplo. Ou empregos públicos para parentes e amigos, verbas, dinheiro a fundo perdido, espaço na TV, até mesmo cafés da manhã em palácios. Para tais mercadores, a Constituinte é um movimentado bazar onde tudo é negociável — o importante, para os que se dispõem a dar, é saber se, o que vão receber é suficiente.

Assim, se o presidente Sarney quisesse um mandato de seis anos, ou então de meio século, encontraria gente disposta a apoiá-lo (como Roberto Cardoso Alves). Um mandato de seis anos já sairia bastante caro. O de meio século talvez exigisse a instalação de uma emissora de TV em cada

esquina do Brasil, além da transformação da máquina administrativa federal no mais formidável cabide de empregos de todo o planeta.

É dando que se recebe — eis aí um dístico feito sob medida para figurar, por exemplo, na placa que denunciava o gabinete do ministro Aníbal Teixeira. Para dar creches, asilos e verbas, o bando homiziado no Ministério do Planejamento recebia propinas. A mesma frase poderia ter enfeitado alguma parede do Instituto do Açúcar e do Alcool ao longo das gestões recentes: os administradores do IAA deram dinheiro a usineiros nordestinos para receber propinas. Assim tem sido o Brasil.

Não se negue a Roberto Cardoso Alves a virtude da coerência. Diante do pasmo demonstrado pelos homens de bem que, apesar de tudo, sobrevivem neste país, o deputado não procurou — como fazem rotineiramente seus colegas — desmentir o que dissera. Ao contrário, sustentou enfaticamente a tese resumida na frase. E deixou claro que, para um gordo lote de parlamentares, a atividade política não comporta gestos de grandeza, não permite momentos generosos, não aceita a presença de estadistas. É um imenso varejão, governado pelos códigos do baixo comércio.

Com essas declarações, paradoxalmente, Cardoso Alves acabou prestando um serviço ao país: no futuro, é provável que ele seja lembrado como o homem que desferiu um golpe mortal na trama em favor do mandato de cinco anos. Por ter colocado sob forte suspeição todos os constituintes favoráveis às pretensões do atual presidente, Cardoso Alves fez com que comesçassem a saltar do barco os políticos dispostos a dar cinco anos a José Sarney sem nada receber. Hoje, multiplicam-se em Brasília indícios de que a maioria da Constituinte chancelará a convocação de eleições presidenciais diretas em novembro deste ano.

Agradecemos a São Francisco de Assis.